

Editorial

Já se vão mais de dez anos desde o lançamento do Dossiê Ações Afirmativas (AA), no primeiro semestre de 2004. Desde então, várias iniciativas (em todos os níveis do poder público) têm dado conta da demanda por uma inclusão mais efetiva de diversas minorias no tecido social brasileiro. Em que medida tais iniciativas cumpriram suas ambições iniciais? Quais foram os eventuais resultados inesperados de sua adoção? E quais são os riscos que correm?

Tendo estas questões em mente, convidamos Rosana Heringer e Álvaro Mendes Jr. para revisitarem o dossiê inicial e avaliarem a extensão e os impactos da adoção das AA nos últimos anos.

Mendes Jr. aponta em seu texto para os perigos do enfraquecimento da visão de “democracia racial” brasileira, exposta pela primeira vez em Freyre (1933) e largamente aceita como positiva pela intelectualidade brasileira dos anos 1930 até 2000. Estes perigos consistem na adoção de um modo de convivência inter-racial baseada no multiculturalismo de matriz norte-americana. Munindo-se das críticas de Amartya Sen -- que identifica o multiculturalismo dos EUA com uma “monocultura plural” --, Mendes Jr. observa que tal visão não provê uma integração efetiva das diversas culturas que ocupam um mesmo espaço. Ao contrário, o que se vê, nos EUA em particular (com o filme *Do The Right Thing* (1989), de Spike Lee, sendo um bom exemplo), é a convivência tensa de diversas etnias com pouca integração efetiva. Deste modo, a retomada da ideia de “democracia racial” no Brasil poderia passar por políticas sociais *color-blind*, isto é, que tivessem seu foco mais na situação de risco social do indivíduo ou grupo (independente da etnia). Deste modo, promover-se-ia a integração sem focalizar especificamente nesta ou naquela etnia (ou minoria) específica.

Complementando a abordagem de Mendes Jr., Rosana Heringer aponta para os avanços em termos da adoção das AA em todo o território nacional na última década, mas sublinhando os desafios que uma integração de longo prazo carregam. Em particular, deve-se observar que a adoção de cotas é apenas um primeiro passo para a realização de ganhos sociais reais para as minorias. Ou seja, junto às AA deve-se promover uma política de permanência que vise garantir a finalização dos cursos por parte dos beneficiários. A autora observa que embora o PNAES tenha visto seu orçamento crescer até 2013, as crises (política, social e econômica) que atravessa

o país (com consequências diretas no orçamento da Educação) coloca dúvidas sobre a força do compromisso político que poderia sustentar a absorção, através das AA, dos diversos grupos excluídos na sociedade brasileira.

Na parte de artigos, temos a contribuição de Oliveira e Abrita sobre a relação entre o regime de metas de inflação (RMI), a taxa de juros e seus impactos na economia brasileira. Entre as principais consequências negativas de uma política de juros altos para controlar a inflação -- que, segundo os autores, pode ser verificada empiricamente, ainda que com uma defasagem média de 8 meses -- é uma “persistente e significativa” queda na produção industrial. Este resultado pode ser relevante no debate recente sobre a relação entre a política monetária e a desindustrialização brasileira iniciada nos anos 1990 e que coloca em questão o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho contemporânea, como coloca Mattos (2013).

A contribuição do mesmo Fernando Mattos com relação ao emprego público na Grã-Bretanha pré e pós-crise de 2008 desmistifica discursos que normalmente identificam um “desmonte” imediato do Welfare State britânico depois dos governos conservadores iniciados com *Thatcher* em 1979. Na mesma linha do que Kerstenetzky (2012) argumenta, houve, certamente, uma “flexibilização e redimensionalização” do Estado de Bem-Estar, mas não um desmonte. De fato, embora tenha havido variações na porcentagem relativa do emprego público britânico em épocas de crise, em geral desde o pós-guerra até 2010 o que se viu foi ou aumento ou estabilidade relativa do mesmo frente à força de trabalho total. É apenas depois de 2010, com *David Cameron*, que há uma queda efetiva do nível de emprego público até mesmo em instituições que passaram intocadas por *Thatcher-Major*, como o *National Health System* (NHS).

Por fim, o artigo de Pinkusfeld e Neto mostra a mudança por que passaram os diagnósticos da inflação dos economistas da PUC-RJ desde o Plano Cruzado (1986) até o Plano Real (1993-4). Os autores argumentam que, embora o diagnóstico tenha mudado (de inflação inercial para uma abordagem mais quantitativista), sua prática econômica continuou heterodoxa, envolvendo um mecanismo de indexação para realizar a transição de uma moeda a outra associado à rigidez cambial como modo de controlar a inflação. Tanto o artigo de Mattos quanto o de Pinkusfeld e Neto deixam claro um hiato entre a prática ideológica (o neoliberalismo de *Thatcher*) ou teórica (a ortodoxia quantitativista) e a prática econômica. Este hiato convida a uma reflexão que possa precisar o papel das ideologias ou teorias econômicas na sua relação com as políticas efetivamente adotadas pelos gestores públicos e privados. Boa leitura a todos!